

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2022**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

MORADA: Rua da Felgueira, 360

LOCALIDADE: Baguim do Monte

FREGUESIA: Baguim do Monte

CONCELHO: Gondomar

CODIGO POSTAL: 4435 - 696



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA _____

ASSINATURAS




CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022


Contribuinte : 501632727

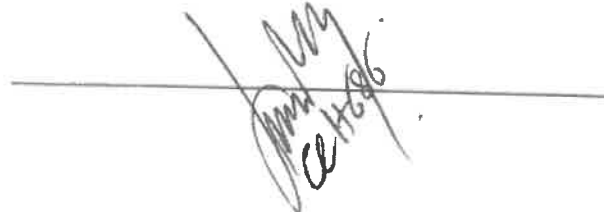
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	318 489,86	331 425,51
Investimentos financeiros	11.1	3 480,74	2 882,57
		321 970,60	334 308,08
Ativo corrente			
Inventários	6	197,15	115,06
Créditos a receber	11.2	10 693,50	14 330,41
Estado e outros entes públicos	11.7	971,22	1 211,69
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros	11.14	0,00	39,00
Diferimentos	11.3	2 355,17	2 895,79
Outros ativos correntes	11.8	5 780,15	5 244,05
Caixa e depósitos bancários	11.4	27 364,57	12 288,50
		47 361,76	36 124,50
Total do ativo		369 332,36	370 432,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	240 444,80	240 444,80
Resultados transitados	11.5	-73 399,32	-81 699,85
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	101 735,18	105 027,25
		268 780,66	263 772,20
Resultado líquido do período		-42 084,05	8 300,53
Total dos fundos patrimoniais		226 696,61	272 072,73
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	38 949,82	28 366,97
Estado e outros entes públicos	11.7	18 587,72	11 157,15
Financiamentos obtidos	5	10 000,00	0,00
Diferimentos	11.3	16 676,65	0,00
Outros passivos correntes	11.9	58 421,56	58 835,73
		142 635,75	98 359,85
Total do passivo		142 635,75	98 359,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		369 332,36	370 432,58

A Direção

O Contabilista Certificado





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501632727

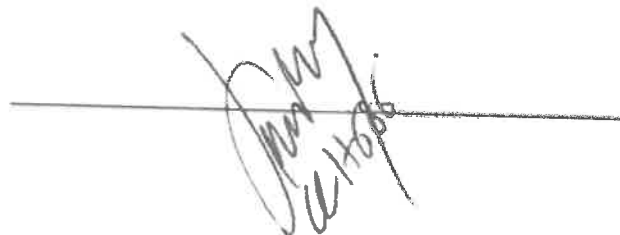
Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	7	362 566,10	320 294,70
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	284 420,57	324 224,81
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-74 937,04	-68 617,28
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-144 701,41	-135 778,30
Gastos com o pessoal	9	-457 736,36	-416 960,05
Aumentos/reduções de justo valor	11.15	32,77	36,97
Outros rendimentos	11.12	4 725,30	4 949,22
Outros gastos	11.13	-1 459,97	-3 804,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-27 090,04	24 345,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-14 752,10	-15 806,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-41 842,14	8 538,57
Gastos de financiamento	11.16	-241,91	-238,04
Resultados antes de impostos		-42 084,05	8 300,53
Resultado líquido do período		-42 084,05	8 300,53

A Direção

O Contabilista Certificado






CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		355 111,41	314 201,67
Pagamentos a fornecedores		-215 450,95	-204 962,03
Pagamentos ao pessoal		-318 760,44	-307 069,45
Caixa gerada pelas operações		-179 099,98	-197 829,81
Outros recebimentos/pagamentos		186 148,75	188 715,92
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		7 048,77	-9 113,89
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 575,79	-1 793,66
Investimentos financeiros		-307,98	-285,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 883,77	-2 078,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 152,98	21 279,33
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-241,91	-334,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		9 911,07	20 944,63
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 076,07	9 752,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 288,50	2 536,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	27 364,57	12 288,50

A Direção

O Contabilista Certificado





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

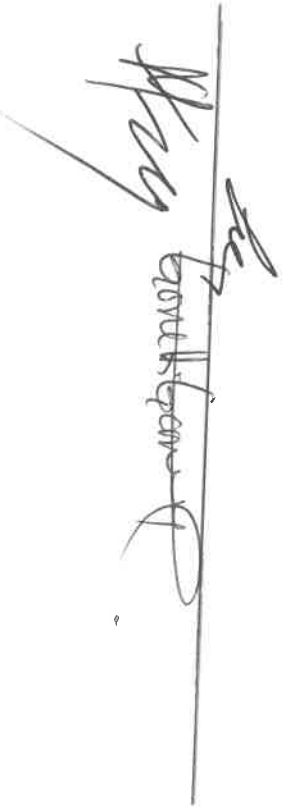
Contribuinte: 501632727

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	CENTRO DE DIA	SAD	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados						
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 6 / 9	323 825,34 -382 873,15	0,00 -10 139,06	38 740,76 -139 661,19	362 566,10 -532 673,40	320 294,70 -485 577,33
Resultado Bruto		-59 047,81	-10 139,06	-100 920,43	-170 107,30	-165 282,63
ISS, IP - Centro Distrital		145 773,48	9 214,20	76 889,62	231 877,30	232 665,54
Outros Rendimentos		35 632,16	2 605,26	19 063,92	57 301,34	96 546,24
Gastos administrativos		-103 346,75	-2 212,82	-54 501,23	-160 060,80	-151 845,14
Outros Gastos		-554,24	0,00	-298,44	-852,68	-3 545,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 456,84	-532,42	-59 766,56	-41 842,14	8 538,57
Gastos de financiamento (líquidos)		-145,16	-36,29	-60,46	-241,91	-238,04
Resultado antes de impostos	11.16	18 311,68	-568,71	-59 827,02	-42 084,05	8 300,53
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		18 311,68	-568,71	-59 827,02	-42 084,05	8 300,53

A Direção

O Contabilista Certificado







CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

**Anexo às
Demonstrações Financeiras
2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos	9
6	Inventários	10
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	11
11.1	Investimentos Financeiros	11
11.2	Créditos a Receber	12
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.5	Fundos Patrimoniais	12
11.6	Fornecedores	13
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.8	Outros ativos correntes	13
11.9	Outros passivos correntes	13
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.11	Fornecimentos e serviços externos	14
11.12	Outros rendimentos	15
11.13	Outros gastos	15
11.14	Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros	15
11.15	Aumentos / reduções de justo valor	15
11.16	Resultados Financeiros	16
11.17	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
11.18	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Baguim é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada na Direcção-Geral da Segurança Social no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 13/84 a fls. 41 e 41 verso em 22/2/84.

Tem sede na Rua da Felgueira, 360, freguesia de Baguim do Monte no concelho de Gondomar.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social. Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Terreno e Recursos Naturais	19 951,92				19 951,92
Edifícios e Outras Construções	654 210,73				654 210,73
Equipamento Básico	154 059,79	1 816,45			155 876,24
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 879,75				91 879,75
Ativo Tangível Bruto	1 008 844,20	1 816,45	0,00	0,00	1 010 660,65
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	345 597,08	13 084,21			358 681,29
Equipamento Básico	151 404,14	1 531,59			152 935,73
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 675,46	136,30			91 811,76
Depreciações Acumuladas	677 418,69	14 752,10	0,00	0,00	692 170,79
Ativo Tangível Líquido	331 425,51	- 12 935,65	0,00	0,00	318 489,86

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários - Livrança	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2022			2021		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Montepio - Livrança	0,00	112,96	112,96	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	112,96	112,96	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	197,15	115,06
Total	197,15	115,06

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	115,06	97,38
Compras	74 109,59	60 133,57
Doações	909,54	8.501,39
Saldo Final	197,15	115,06
Gastos do Período	74 937,04	68 617,28

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	361 803,10	319 347,70
Quotas e Joias	763,00	947,00
Total	362 566,10	320 294,70

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2022		2021	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	231 877,30	0,00	228 580,44
ISS, IP (Adaptar Social+)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	912,00
ISS, IP (Layoff)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	4 085,10
C.M. Gondomar	Não Reembolsável	0,00	3 314,62	0,00	4 692,51
J.F. Baguim do Monte	Não Reembolsável	0,00	1 500,00	0,00	1 000,00
IAPMEI	Não Reembolsável	0,00	2 576,00	0,00	1 563,25
IEFP	Não Reembolsável	0,00	34 090,13	0,00	52 968,95
PIDDAC (Edifício)	Não Reembolsável	58 838,50	2 793,27	61 631,87	2 793,27
C.M. Gondomar (Edifício)	Não Reembolsável	13 966,30	498,80	14 465,10	498,80
Total		72 804,80	276 650,12	76 096,97	297 094,32

9 Benefícios dos empregados

Os elementos que compõem os Órgãos Sociais são 8, a Direção é constituída por 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos. No ano 2022 mantiveram-se os órgãos nomeados para o quadriénio 2019/2022.

A instituição durante o exercício de 2022 e 2021 contou com uma média de 26 e 27 colaboradores, respetivamente. Além do pessoal do quadro, em 2022, estiveram ao serviço da instituição colaboradores ao abrigo de programas com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários em 2022 e 2021 foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	329 488,54	294 554,05
Indemnizações	847,18	376,83
Encargos sobre as Remunerações	72 082,30	61 366,29
Seguros de Acidentes no Trabalho	5 507,19	4 589,02
Outros Gastos com o Pessoal	2 075,38	997,78
IEFP	47 735,77	55 076,08
Total	457 736,36	416 960,05

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros investimentos Financeiros		
FCT	3 480,74	2 882,57
Total	3 480,74	2 882,57

11.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes		
Utentes c/c	10 693,50	14 330,41
Total	10 693,50	14 330,41

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 355,17	2 895,79
Total	2 355,17	2 895,79
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidade Janeiro - SAD	82,00	0,00
ISS, IP – Apoio Extraordinário 2023	6 514,23	0,00
ISS, IP – Adiantamento atualização 2023	9 048,94	0,00
Outras receitas com proveito diferido	1 031,48	0,00
Total	16 676,65	0,00

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2 840,66	868,09
Depósitos à Ordem	24 523,91	11 420,41
Total	27 364,57	12 288,50

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	240 444,80			240 444,80
Resultados Transitados	-81 699,85	8 300,53		-73 399,32
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	105 027,25		3 292,07	101 735,18
Total	263 772,20	8 300,53	3 292,07	268 780,66

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c		
Fornecedores	38 949,82	28 366,97
Total	38 949,82	28 366,97

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA - restituição	971,22	1 211,69
Total	971,22	1 211,69
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	3 327,26	1 421,32
Segurança Social	15 201,11	9 666,68
Fundos de compensação	59,35	69,15
Total	18 587,72	11 157,15

11.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	402,11	983,59
Fornecedores	4 710,12	3 497,53
Adiantamentos a fornecedores	4 710,12	3 497,53
Outras Contas a Receber	667,92	762,93
Despesas utentes	667,92	0,00
Seguro	0,00	762,93
Total	5 780,15	5 244,05

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
	Corrente	Corrente
Cientes e Utentes	0,00	1 534,62
Adiantamentos Utentes	0,00	1 534,62
Pessoal	0,00	260,24
Remunerações a pagar	0,00	260,24
Credores por Acréscimo de Gastos	57 281,45	53 374,53
Remunerações a Liquidar	53 718,35	50 957,05
Outras despesas diferidas	3 563,10	2 417,48
ISS - Dotação	940,11	3 666,34
Créditos por identificar	200,00	0,00
Total	58 421,56	58 835,73

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	273 358,05	293 802,25
Doações e heranças – Donativos	11 062,52	30 422,56
Total	284 420,57	324 224,81

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	43 392,96	39 132,95
Materiais	13 112,13	18 277,89
Energia e fluídos	28 615,68	33 928,44
Deslocações, estadas e transportes	0,00	11,00
Serviços diversos	26 487,03	29 369,23
Encargos com Utentes	33 093,61	15 058,79
Total	144 701,41	135 778,30

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,95	6,73
Rendimentos Suplementares	40,00	160,00
Imputação subsídios para investimento	3 292,07	3 292,07
Benefícios penalidades contratuais	1 222,00	0,00
Outros	165,28	1 490,42
Total	4 725,30	4 949,22

11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	101,72	0,00
Dívidas incobráveis - utentes	607,29	260,00
Outros Gastos e Perdas	750,96	3 544,66
Total	1 459,97	3 804,66

11.14 Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	0,00	39,00
Total	0,00	39,00

11.15 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2022 e 2021 ganhos/perdas por aumento/diminuição do "justo valor":

Descrição	2022	2021
Aumentos		
Em Investimentos financeiros - FCT	32,77	37,75
Reduções		
Em Investimentos financeiros - FCT	0,00	0,78
Saldo	32,77	36,97

11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	179,45	238,04
Outros gastos financiamento	62,46	0,00
Total	241,91	238,04
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	- 241,91	- 238,04

11.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas: 28
- Centro de Dia: 0
- Serviço de Apoio Domiciliário: 22

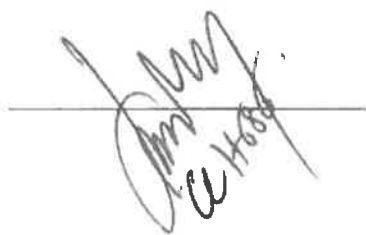
11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Baguim do Monte, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção



